



Fevereiro/2011

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Nas ilhas Mascarenhas – Maurício, Reunião e Rodriguez –, localizadas a leste de Madagáscar, no oceano Índico, muitas espécies de pássaros desapareceram como resultado direto ou indireto da atividade humana. Mas aquela que é o protótipo e a tataravó de todas as extinções também ocorreu nessa localidade, com a morte de todas as espécies de uma família singular de pombos que não voavam – o solitário da ilha Rodriguez, visto pela última vez na década de 1790; o solitário da ilha Reunião, desaparecido por volta de 1746; e o célebre dodô da ilha Maurício, encontrado pela última vez no início da década de 1680 e quase certamente extinto antes de 1690.

Os volumosos dodôs pesavam mais de vinte quilos. Uma plumagem cinza-azulada cobria seu corpo quadrado e de pernas curtas, em cujo topo se alojava uma cabeça avantajada, sem penas, com um bico grande de ponta bem recurvada. As asas eram pequenas e, ao que tudo indica, inúteis (pelo menos no que diz respeito a qualquer forma de voo). Os dodôs punham apenas um ovo de cada vez, em ninhos construídos no chão.

Que presa poderia revelar-se mais fácil do que um pesado pombo gigante incapaz de voar? Ainda assim, provavelmente não foi a captura para o consumo pelo homem o que selou o destino do dodô, pois sua extinção ocorreu sobretudo pelos efeitos indiretos da perturbação humana. Os primeiros navegadores trouxeram porcos e macacos para as ilhas Mascarenhas, e ambos se multiplicaram de maneira prodigiosa. Ao que tudo indica, as duas espécies se regalaram com os ovos do dodô, alcançados com facilidade nos ninhos desprotegidos no chão – e muitos naturalistas atribuem um número maior de mortes à chegada desses animais do que à ação humana direta. De todo modo, passados os primeiros anos da década de 1680, ninguém jamais voltou a ver um dodô vivo na ilha Maurício. Em 1693, o explorador francês Leguat, que passou vários meses no local, empenhou-se na procura dos dodôs e não encontrou nenhum.

(Extraído de Stephen Jay Gould. “O Dodô na corrida de comitê”, **A montanha de moluscos de Leonardo da Vinci**. São Paulo, Cia. das Letras, 2003, pp. 286-8)

1. *Mas aquela que é o protótipo e a tataravó de todas as extinções também ocorreu nessa localidade...* (1^a parágrafo)

A frase acima transcrita deve ser entendida como indicação de que a extinção das espécies de *pombos que não voavam* das ilhas Mascarenhas

- (A) seria um modelo a ser utilizado pelos homens no futuro, quando decididos a erradicar espécies inúteis ou prejudiciais.
- (B) é uma das primeiras extinções de animais vinculadas à ação direta ou indireta dos homens de que se tem notícia.
- (C) teria ocorrido muito tempo antes do verdadeiro início da extinção de espécies por conta de ações humanas diretas ou indiretas.
- (D) é um episódio tão antigo na história das relações entre homens e animais que pode ser considerado singular e ultrapassado.
- (E) deu origem a um padrão para as futuras extinções de animais, que estariam sempre ligadas à colonização humana de novas terras.



2. *As asas eram pequenas e, ao que tudo indica, inúteis...* (2º parágrafo)

Ao que tudo indica, as duas espécies se regalaram com os ovos do dodô, alcançados com facilidade nos ninhos desprotegidos no chão... (último parágrafo)

A expressão grifada nas frases acima transcritas deixa transparecer, em relação às afirmações feitas,

- (A) a sua comprovação científica irrefutável.
- (B) a certeza absoluta que o autor quer partilhar com o leitor.
- (C) o receio do autor ao formular um paradoxo.
- (D) a sua pequena probabilidade.
- (E) o seu caráter de hipótese bastante provável.

3. Estão empregados no texto com idêntica regência os verbos grifados em:

- (A) *Os dodôs punham...* (2º parágrafo) / *... sua extinção ocorreu...* (último parágrafo)
- (B) *... muitas espécies de pássaros desapareceram...* (1º parágrafo) / *Os primeiros navegadores trouxeram...* (último parágrafo)
- (C) *Uma plumagem cinza-azulada cobria...* (2º parágrafo) / *... e não encontrou nenhum.* (último parágrafo)
- (D) *Os volumosos dodôs pesavam ...* (2º parágrafo) / *... não foi a captura...* (último parágrafo)
- (E) *... a tataravó de todas as extinções também ocorreu...* (1º parágrafo) / *... e muitos naturalistas atribuem...* (último parágrafo)

4. *Ainda assim, provavelmente não foi a captura para o consumo pelo homem o que selou o destino do dodô, pois sua extinção ocorreu sobretudo pelos efeitos indiretos da perturbação humana.*

Os elementos grifados na frase acima podem ser substituídos, sem prejuízo para o sentido e a correção, respectivamente, por:

- (A) Contudo – não obstante.
- (B) Conquanto – por que.
- (C) Em que pese isso – embora.
- (D) Apesar disso – visto que.
- (E) Por isso – porquanto.

5. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:

- (A) *se multiplicaram de maneira prodigiosa* = cresceram ilusoriamente.
- (B) *as duas espécies se regalaram* = os dois gêneros se empanturraram.
- (C) *uma família singular* = um conjunto variegado.
- (D) *que selou o destino* = que indigitou a fatalidade.
- (E) *empenhou-se na procura* = dedicou-se com afincos à busca.

6. Leia as afirmações abaixo sobre a pontuação utilizada no texto.

- I. Em – *Maurício, Reunião e Rodriguez* –, os travessões poderiam ser substituídos por parênteses, sem prejuízo para o sentido e a coesão da frase.
- II. O travessão empregado imediatamente depois de *voavam* (1º parágrafo) pode ser substituído por dois pontos, sem prejuízo para o sentido e a coesão da frase.
- III. Em *o explorador francês Leguat, que passou vários meses no local, empenhou-se na procura dos dodôs*, a retirada das vírgulas não implica prejuízo para o sentido e a correção da frase.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.



Atenção: As questões de números 7 a 9 referem-se ao texto abaixo.

Lavadeiras de Moçoró

As lavadeiras de Moçoró, cada uma tem sua pedra no rio; cada pedra é herança de família, passando de mãe a filha, de filha a neta, como vão passando as águas no tempo. As pedras têm um polimento que revela a ação de muitos dias e muitas lavadeiras. Servem de espelho a suas donas. E suas formas diferentes também correspondem de certo modo à figura física de quem as usa. Umas são arredondadas e cheias, aquelas magras e angulosas, e todas têm ar próprio, que não se presta a confusão.

A lavadeira e a pedra formam um ente especial, que se divide e se unifica ao sabor do trabalho. Se a mulher entoava uma canção, percebe-se que a pedra a acompanha em surdina. Outras vezes, parece que o canto murmurante vem da pedra, e a lavadeira lhe dá volume e desenvolvimento.

Na pobreza natural das lavadeiras, as pedras são uma fortuna, jóias que elas não precisam levar para casa. Ninguém as rouba, nem elas, de tão fiéis, se deixariam seduzir por estranhos.

Obs.: manteve-se a grafia original, constante da obra citada.

(Carlos Drummond de Andrade. **Contos plausíveis**, in **Prosa Seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p.128)

7. Evidencia-se no texto

- (A) a presença da pedra como símbolo da rotina pesada de uma vida sem perspectivas de melhora da maioria das mulheres brasileiras.
- (B) o primitivismo das condições de trabalho em alguns lugares, que impede a necessária alteração dos costumes familiares.
- (C) a extrema pobreza em que vivem muitas famílias brasileiras, sem qualquer condição de sobrevivência mais digna.
- (D) a associação íntima e até mesmo afetiva entre ser humano e elemento da natureza, identificados por um tipo de trabalho diário.
- (E) a identificação entre o rio e a pedra, prefigurando os obstáculos sociais que impedem a ascensão econômica de muitos brasileiros.

8. *Umas são arredondadas e cheias, aquelas magras e angulosas, e todas têm ar próprio, que não se presta a confusão.* (1º parágrafo)

A relação semântica existente entre as expressões grifadas na afirmativa acima é percebida também entre os dois elementos grifados em:

- (A) *que revela a ação de muitos dias e muitas lavadeiras.*
- (B) *um ente especial, que se divide e se unifica ao sabor do trabalho.*
- (C) *a pedra a acompanha em surdina... parece que o canto murmurante vem da pedra.*
- (D) *e a lavadeira lhe dá volume e desenvolvimento.*
- (E) *as pedras são uma fortuna, jóias que elas não precisam levar para casa.*

9. Considere as observações seguintes sobre a associação de palavras no texto e o sentido decorrente dessa associação:

- I. No segmento *passando de mãe a filha, de filha a neta, como vão passando as águas no tempo* há uma comparação, que associa a transmissão de costumes ao fluxo das águas do rio.
- II. As referências às pedras, especialmente no 2º parágrafo, atribuem a elas qualidades humanas.
- III. Na frase *Servem de espelho a suas donas* é possível entender o sentido literal, como referência ao reflexo da água sobre as pedras, e o sentido contextual, como identidade e cumplicidade entre a mulher e a pedra.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



Atenção: As questões de números 10 a 13 referem-se ao texto abaixo.

Gesso

*Esta minha estatuazinha de gesso, quando nova
– O gesso muito branco, as linhas muito puras –
Mal sugeriria imagem de vida
(Embora a figura chorasse).*

*Há muitos anos tenho-a comigo.
O tempo envelheceu-a, carcomeu-a, manchou-a de pátina
[amarelo-suja.
Os meus olhos, de tanto a olharem,
Impregnaram-na da minha humanidade irônica de tísico.*

*Um dia mão estúpida
Inadvertidamente a derrubou e partiu.
Então ajoelhei com raiva, recolhi aqueles tristes fragmentos,
[recompus a figurinha que chorava.
E o tempo sobre as feridas escureceu ainda mais o sujo
[mordente da pátina...*

*Hoje este gessozinho comercial
É tocante e vive, e me fez agora refletir
Que só é verdadeiramente vivo o que já sofreu.*

Manuel Bandeira

10. A ação do tempo sobre a estátua de gesso é vista pelo poeta como
- (A) o que acabou por torná-la mais vivaz e expressiva, pelo menos até que um acidente a fizesse perder essa vivacidade.
 - (B) responsável por danos que levaram uma obra de arte a perder sua pureza e vivacidade originais.
 - (C) um elemento que, juntamente com os danos causados por um acidente, dá vida e singularidade ao que era inexpressivo e vulgar.
 - (D) o causador irremediável do envelhecimento das coisas e da conseqüente desvalorização dos objetos pessoais mais valiosos.
 - (E) capaz de transformar um simples objeto comercial em uma obra de arte que parece ter sido criada por um escultor genial.

11. *Mal sugeriria imagem de vida
(Embora a figura chorasse).*

É correto afirmar que a frase entre parênteses tem sentido

- (A) adversativo.
- (B) concessivo.
- (C) conclusivo.
- (D) condicional.
- (E) temporal.



12. *Um dia mão estúpida
Inadvertidamente a derrubou e partiu.
Então ajoelhei com raiva, recolhi aqueles tristes fragmentos,
[recompus a figurinha que chorava.
E o tempo sobre as feridas escureceu ainda mais o sujo
[mordente da pátina...*

Sobre os versos acima transcritos é INCORRETO afirmar:

- (A) *mão estúpida* pode ser alusão do poeta a si próprio e carregaria assim algum matiz da *raiva* que o teria acometido quando derrubou a estátua.
- (B) *Inadvertidamente* tem o sentido de “de modo descuidado”, indicando o caráter acidental do episódio.
- (C) em *recompus a figurinha que chorava*, o poeta se vale de uma ambiguidade para sugerir o sofrimento da estátua com a queda.
- (D) com a alusão às *feridas* causadas à estátua, o poeta se refere aos sinais visíveis da junção dos pedaços dela depois de reconstituída.
- (E) com a expressão *o sujo mordente da pátina*, o poeta alude à transformação da estátua de sofredora em causadora de sofrimento.
-
13. O valor que atribuímos coisas é resultado, não raro, de uma história pessoal e intransferível, de uma relação construída em meio a acidentes e percalços fundamentais. Assim, nosso apreço por elas não corresponde absolutamente valorização que alcançariam no mercado, esse deus todo-poderoso, que, no entanto, resta impotente quando ao valor econômico se superpõe afeição.
- Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada,
- (A) às - à - a
(B) as - à - a
(C) as - a - à
(D) às - a - a
(E) às - à - à

-
14. Embora pudesse estar estampada na primeira página de um jornal, a manchete fictícia que traz **deslize** quanto à concordância verbal é:
- (A) Economistas afirmam que em 2011 haverá ainda mais oportunidades de emprego na indústria e no comércio do que em 2010.
- (B) “Os que insistem na minha culpa haverão de se arrepender pela injustiça cometida”, declara o secretário exonerado.
- (C) Expectativas em relação ao aumento da inflação faz bolsas caírem ao menor nível este ano.
- (D) Crescem no Brasil a venda e o comércio de produtos importados ilegalmente.
- (E) “Ergueram-se mais edifícios nos últimos dois anos do que nos cinco anos anteriores”, constata estudo sobre o mercado imobiliário.

-
15. Considerando-se as qualidades exigidas na redação de documentos oficiais, está INCORRETA a afirmativa:
- (A) A *concisão* procura evitar excessos linguísticos que nada acrescentam ao objetivo imediato do documento a ser redigido, dispensando detalhes irrelevantes e evitando elementos de subjetividade, inapropriados ao texto oficial.
- (B) A *impessoalidade*, associada ao princípio da *finalidade*, exige que a redação de um documento seja feita em nome do serviço público e tenha por objetivo o interesse geral dos cidadãos, não sendo permitido seu uso no interesse próprio ou de terceiros.
- (C) *Clareza e precisão* são importantes na comunicação oficial e devem ser empregados termos de conhecimento geral, evitando-se, principalmente, a possibilidade de interpretações equivocadas, como na afirmativa: *O Diretor informou ao seu secretário que os relatórios deveriam ser encaminhados a ele.*
- (D) A linguagem empregada na correspondência oficial, ainda que respeitando a norma culta, deve apresentar termos de acordo com a região e com requinte adequado à importância da função desempenhada pela autoridade a quem se dirige o documento.
- (E) Textos oficiais devem ser redigidos de acordo com a *formalidade*, ou seja, há certos procedimentos, normas e padrões que devem ser respeitados com base na observância de princípios ditados pela civilidade, como cortesia e polidez, expressos na forma específica de tratamento.

**Noções de Microinformática**

16. Nos computadores atuais existe um tipo de memória cuja função é atender as demandas de velocidade do processador. Trata-se da memória
- (A) principal.
 - (B) ROM.
 - (C) cache.
 - (D) RAM.
 - (E) EEPROM.
-
17. Em relação ao *Windows Explorer*, do *Windows XP*, é INCORRETO afirmar:
- (A) Tela de trabalho pode ser dividida em três partes, sendo que a estrutura de pastas e sub-pastas do sistema são exibidas na porção esquerda da tela.
 - (B) Os botões Voltar, Avançar e Acima, presentes na *Barra de Título*, permitem a navegação entre as diversas pastas criadas no sistema.
 - (C) Barra de Título, Barra de Menu e Barra de Ferramentas estão localizadas na área superior da janela.
 - (D) No lado esquerdo, logo abaixo da Barra de Menu, aparecem as unidades dos *drives* existentes, sendo os mais comuns simbolizados por letras.
 - (E) À direita da tela, uma área de apresentação de informações exibe o conteúdo da pasta selecionada na porção esquerda da tela.
-
18. No *BrOffice.org 3.2 Writer*, a execução da função do ícone *Galeria* pode ser ativada, também, no menu
- (A) Ferramentas.
 - (B) Inserir.
 - (C) Formatar.
 - (D) Arquivo.
 - (E) Editar.
-
19. No *BrOffice.org 3.2 Calc*, é INCORRETO afirmar
- (A) os números contidos numa célula são alinhados à direita.
 - (B) os textos contidos numa célula são alinhados à esquerda.
 - (C) a porção de texto que não cabe na célula não é exibida.
 - (D) números com quatro ou mais dígitos recebem o separador de milhar.
 - (E) a expressão $2/2$ é alterada para um campo do tipo data, no formato *dd/mm/aa*.
-
20. Em relação à Internet e correio eletrônico, é correto afirmar:
- (A) No *Internet Explorer 7* é possível navegar entre sites, por meio de separadores conhecidos por abas, não necessitando, portanto, a abertura de várias janelas.
 - (B) Redes *wireless*, embora permitam conexão à Internet não são configuráveis no ambiente de Intranet.
 - (C) Correios eletrônicos possuem recursos nativos que impedem a propagação de vírus enviados por e-mail.
 - (D) Em Intranet não é permitido operações de *download*, dada às facilidades oferecidas pela rede local.
 - (E) Uma das vantagens do *webmail* é que as mensagens, ao chegarem, são imediatamente baixadas para o computador do usuário.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

21. O principal objetivo do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, proposta pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), publicado em 1995, foi

- (A) reduzir o planejamento centralizado, transferindo os instrumentos de coordenação e regulação do Aparelho de Estado federal para os governos estaduais.
- (B) implantar a gestão por resultados, fortalecendo os sistemas de controle *a posteriori* da ação governamental.
- (C) aprofundar a participação direta do Estado nos diversos setores da sociedade e da economia.
- (D) propor a substituição do modelo patrimonial pela administração pública, com foco no cidadão, reforçando os sistemas de controles burocráticos.
- (E) fortalecer os órgãos centrais de planejamento estratégico do Estado, ampliando os sistemas de controle de processos.

22. A gestão pública, ao contrário da gestão privada, é obrigada a

- (A) respeitar a Constituição Federal.
- (B) agir apenas de acordo com o que a lei permite.
- (C) seguir o princípio da Pluralidade.
- (D) oferecer seus serviços gratuitamente.
- (E) publicar periodicamente balanços sociais.

23. A incorporação do paradigma do cidadão como cliente na gestão pública depende

- (A) da rejeição das burocracias públicas, pois estas visam a atender seus interesses corporativos antes dos interesses dos cidadãos.
- (B) da alteração do princípio da universalização dos serviços públicos, por meio do atendimento prioritário às clientelas com maior renda.
- (C) da compatibilização do dever de atender com qualidade todos os cidadãos, independentemente de sua condição financeira, com as limitações orçamentárias do poder público.
- (D) do aprofundamento do processo de privatização do setor público, pois seu sucesso depende da eliminação do modelo patrimonial de gestão.
- (E) da retirada de princípios constitucionais da administração pública como a impessoalidade, a equidade e a universalidade.

24. Com relação à passagem do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, considere as afirmativas abaixo.

- I. Apesar da forte tendência de flexibilização, não houve ruptura com o modelo burocrático, tendo em vista que a lógica de ação predominante nas organizações continua sendo voltada para o cálculo utilitário de consequências, associado à racionalidade formal.
- II. As organizações ditas pós-burocráticas ainda estão fortemente vinculadas à autoridade racional-legal, base do modelo criado por Max Weber.
- III. A organização pós-moderna teria como principais características a centralização e a estruturação em redes hierarquizadas conectadas pelas tecnologias de informação.
- IV. A liderança nas organizações pós-burocráticas é facilitadora e solucionadora de conflitos e problemas, baseando-se na abertura, participação, confiança e comprometimento.
- V. O tipo organizacional pós-burocrático é representado por organizações simbolicamente intensivas, produtoras de consenso por meio da institucionalização do diálogo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) I, II, III e IV.

25. A aplicação da técnica de reengenharia à gestão pública visa a

- (A) mudanças estruturais e comportamentais radicais na cultura das organizações.
- (B) introdução contínua de mudanças organizacionais visando a redução de custos.
- (C) extinção da estrutura departamental das organizações.
- (D) descentralização da gestão do conhecimento estratégico das organizações.
- (E) racionalização e centralização dos processos organizacionais.

**Administração Financeira e Orçamentária**

26. Com relação ao ciclo orçamentário brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988, considere as afirmativas abaixo.
- I. A tripartição orçamentária é meramente instrumental, pois, por força do princípio constitucional da unidade, o orçamento é uno.
 - II. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei ordinária, cuja validade abrange somente o exercício fiscal a que se refere, exceto quando há inscrição de empenhos de despesas como restos a pagar em um exercício seguinte, ocorrendo a extensão da validade dessa Lei.
 - III. Os programas e as ações, cujas prioridades e metas são definidas pela LDO, constituem um detalhamento plurianual das metas estabelecidas no PPA.
 - IV. O Plano Plurianual (PPA) repete o antigo Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) ao incluir, além do montante relativo aos dispêndios de capital, as metas físicas, que devem ser alcançadas ao final do mandato, discriminadas por tipo de programa e ação.
 - V. O PPA detalha as despesas que possuem duração continuada, condicionando, portanto, a programação orçamentária anual ao planejamento de longo prazo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, II e V.
- (D) II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

27. Com relação aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a afirmativa INCORRETA.
- (A) Se for constatado que, ao final de um bimestre, a realização da receita não permitirá o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) Segundo a LRF, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
 - (C) O Poder Executivo deve estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (D) A LRF determina que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
 - (E) É considerada obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de ato normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a três exercícios.

28. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as peças que compõem o Orçamento Geral da União são:
- (A) os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas Estatais Federais.
 - (B) os Orçamentos Monetário, Fiscal e Social, além do Plano Plurianual (PPA).
 - (C) o Orçamento Fiscal, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.
 - (D) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Estatais Federais.
 - (E) a Lei Orçamentária Anual e o Orçamento Fiscal.

29. Os recursos derivados da arrecadação de Impostos e Contribuições denominam-se
- (A) Transferências Correntes.
 - (B) Receitas de Capital.
 - (C) Mutações Patrimoniais.
 - (D) Receitas Correntes.
 - (E) Transferências Financeiras.

**Direito Administrativo**

30. No que concerne às penas disciplinares, é correto afirmar:

- (A) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- (B) Será aplicada a sanção de advertência ao servidor que utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- (C) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder sessenta dias.
- (D) Será punido com suspensão de até vinte dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- (E) A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infrações sujeitas apenas à penalidade de demissão.

31. No processo administrativo,

- (A) se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado de súmula vinculante, não caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar razões de aplicabilidade ou não da súmula, cabendo tal atribuição apenas ao órgão competente para decidir o recurso.
- (B) quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de noventa dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- (C) o recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, não podendo, nessa fase processual, juntar documentos.
- (D) os cidadãos não têm legitimidade para interpor recurso administrativo sobre direitos difusos, sendo legitimadas, nessa hipótese, apenas as associações.
- (E) o recurso não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente.

32. A tomada de preço, modalidade de licitação que exige publicidade, destina-se à contratação de

- (A) vulto médio e não permite que o administrador opte por realizar a concorrência quando o vulto contratual comportar tomada de preços.
- (B) grande vulto, apenas a interessados devidamente cadastrados, e não exige a qualificação.
- (C) vulto médio, a interessados devidamente cadastrados ou que atenderem às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- (D) vulto médio, a interessados devidamente cadastrados ou que atenderem às condições exigidas para cadastramento até o quinto dia anterior à data do recebimento das propostas.
- (E) grande vulto, não exige a qualificação do interessado e permite que o administrador opte por realizar a concorrência quando o vulto contratual comportar tomada de preços.

33. Quanto às espécies de atos administrativos, é correto afirmar:

- (A) Certidões e Atestados são atos administrativos classificados como constitutivos, pois seu conteúdo constitui determinado fato jurídico.
- (B) Autorização é ato declaratório de direito preexistente, enquanto licença é ato constitutivo.
- (C) Admissão é ato unilateral e discricionário pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito à prestação de um serviço público.
- (D) Licença é ato administrativo unilateral e vinculado, enquanto autorização é ato administrativo unilateral e discricionário.
- (E) Permissão, em sentido amplo, designa ato administrativo discricionário e precário, pelo qual a Administração, sempre de forma onerosa, faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.

34. O princípio segundo o qual a Administração Pública Direta fiscaliza as atividades dos entes da Administração Indireta denomina-se

- (A) finalidade.
- (B) controle.
- (C) autotutela.
- (D) supremacia do interesse público.
- (E) legalidade.



Direito Constitucional

35. Pedro, governador em exercício do Estado X, pretende concorrer ao cargo de Presidente da República. Neste caso, Pedro

- (A) deverá renunciar ao respectivo mandato até três meses antes do pleito.
- (B) deverá renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- (C) deverá renunciar ao respectivo mandato até dois meses antes do pleito.
- (D) deverá aguardar o final de seu mandato, sendo vedada a renúncia com este objetivo.
- (E) poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, não havendo limite constitucional pré-estabelecido.

36. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência e proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos são competências

- (A) comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) privativas da União.
- (C) concorrentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) concorrentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e privativa da União, respectivamente.
- (E) privativa da União e comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respectivamente.

37. Compete ao Conselho Nacional de Justiça

- (A) processar e julgar originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (B) processar e julgar originariamente a extradição solicitada por estrangeiro.
- (C) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- (D) processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República e o Vice-Presidente.
- (E) processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns, os membros do Congresso Nacional.

38. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto por membros do Ministério Público com mais de

- (A) dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista elaborada pelos órgãos de representação das respectivas classes, contendo dois nomes de seus integrantes.
- (B) cinco anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (C) cinco anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (D) sete anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de sete anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (E) dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Direito Eleitoral

39. Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos por sete membros. Quatro deles são escolhidos mediante eleição secreta no âmbito do Tribunal de Justiça, sendo dois desembargadores e dois juízes de direito. Um é membro do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal ou, na ausência, um juiz federal escolhido pelo Tribunal respectivo. Os dois últimos membros são escolhidos pelo

- (A) Governador do Estado entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista da Ordem dos Advogados do Brasil, os quais devem ser aprovados pelo Senado Federal.
- (B) Governador do Estado entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Tribunal de Justiça, os quais devem ser aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado.
- (C) Presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Tribunal de Justiça, os quais devem ser aprovados pelo Senado Federal.
- (D) Presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Tribunal de Justiça.
- (E) Presidente da República entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista do Supremo Tribunal Federal.



40. A diplomação é ato de inegável relevância no âmbito do direito eleitoral, pelo fato de ter como efeito
- (A) o reconhecimento do resultado das eleições, habilitando o eleito a assumir seu cargo com a posse.
 - (B) a qualificação do cidadão perante a Justiça Eleitoral, inserindo-o como membro do eleitorado nacional.
 - (C) a investidura do indivíduo no cargo para o qual foi eleito, iniciando o exercício do mandato.
 - (D) o reconhecimento da capacidade eleitoral passiva do cidadão, considerando atendidos os requisitos necessários para que exerça um mandato político.
 - (E) a filiação do indivíduo a um partido político, requisito indispensável para que concorra no pleito eleitoral.
41. Peculiaridade da Justiça Eleitoral é a prerrogativa normativa conferida ao Tribunal Superior Eleitoral. Em relação a tal função, é correto afirmar que o TSE exerce função de
- (A) legislador primário, com a possibilidade de inovar na ordem jurídica, e que, no que tange ao pleito eleitoral, há limitação temporal para o exercício de referido poder normativo, sendo o dia 05 de março do ano da eleição seu termo final.
 - (B) natureza secundária, regulamentar somente, cabendo-lhe expedir as instruções necessárias à fiel execução da lei eleitoral. Considerando que a prerrogativa do TSE é meramente regulamentar, não há limitação temporal para o exercício de referida função em relação ao pleito eleitoral.
 - (C) legislador primário, com a possibilidade de inovar na ordem jurídica. Considerando a natureza de tal função, não há limitação temporal para seu exercício em relação ao pleito eleitoral.
 - (D) natureza secundária, regulamentar somente, cabendo-lhe expedir as instruções necessárias à fiel execução da lei eleitoral. No que tange ao pleito eleitoral, há limitação temporal para o exercício pelo TSE de referido poder normativo, sendo possível exercê-lo até o dia 05 de março do ano da eleição.
 - (E) legislador primário, inovando na ordem jurídica, com a função regulamentar, cabendo-lhe, neste último caso, expedir as instruções necessárias à fiel execução da lei eleitoral. Em relação a esta última prerrogativa, há limitação temporal correspondendo o dia 05 de março do ano da eleição, ao termo final.
42. O Código Eleitoral prevê como direito subjetivo de qualquer candidato o cancelamento do registro, devendo fazê-lo mediante petição com firma reconhecida. Ocorrendo tal hipótese, caberá ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral ou ao Juiz, conforme o caso, dar ciência imediata ao partido que tenha feito inscrição, o qual
- (A) poderá substituir o candidato que pleiteou o cancelamento, seja no caso de eleições majoritárias, seja no caso de eleições proporcionais, sem limitação temporal, desde que observadas todas as formalidades exigidas para o registro.
 - (B) não poderá substituir mais o nome, uma vez que tal substituição fica restrita à hipótese de falecimento, cabendo-lhe cobrar perdas e danos do candidato que cancelou o registro.
 - (C) poderá substituir o candidato, ainda que em período inferior a 60 dias antes das eleições, desde que se trate de eleições majoritárias e que se observem todas as formalidades exigidas para o registro.
 - (D) somente poderá substituir o candidato, seja no caso de eleições majoritárias, seja no caso de eleições proporcionais, se observadas todas as formalidades exigidas para o registro e atendido o prazo mínimo de 60 dias antes do pleito.
 - (E) poderá substituir o candidato, ainda que em período inferior a 60 dias antes das eleições, desde que se trate de eleições proporcionais e que se observem todas as formalidades exigidas para o registro.
43. O candidato, no momento da eleição, tinha seu registro deferido. Posteriormente, a Justiça Eleitoral verificou irregularidade que acarretou o indeferimento de seu registro. Em consequência de tal fato, os votos conferidos ao candidato devem ser considerados
- (A) nulos em relação ao candidato e, apenas em eleições proporcionais, válidos em favor do partido responsável pelo registro do candidato.
 - (B) válidos para todos os efeitos, uma vez que o indeferimento do registro ocorreu apenas após a eleição.
 - (C) nulos para todos os efeitos, tanto nas eleições majoritárias quanto proporcionais, não sendo aproveitáveis ao candidato e ao partido.
 - (D) nulos em relação ao candidato e, apenas em eleições majoritárias, válidos em favor do partido responsável pelo registro do candidato.
 - (E) válidos em relação ao candidato, porém nulos em relação ao partido, uma vez que no momento da eleição o candidato estava devidamente registrado.

**Direito Processual Eleitoral**

44. O instrumento processual que tem como objetivo a desconstituição do pronunciamento judicial, que deferiu a homologação do resultado das eleições, por afrontar determinados requisitos constantes em lei, é
- (A) a ação de impugnação ao mandato eletivo.
 - (B) a ação de impugnação de registro de candidato.
 - (C) a ação de prestação de contas.
 - (D) a ação de investigação judicial eleitoral.
 - (E) o recurso contra a expedição de diploma.
-
45. A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, inseriu, no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, norma expressa assegurando a razoável duração do processo, tanto no âmbito judicial quanto administrativo, bem como estipulou ao legislador ordinário a obrigação de prever os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. No âmbito eleitoral, tal princípio tem relevância destacada, especialmente no processo que possa resultar em perda do mandato eletivo. Sob tal premissa, a Lei nº 12.034/09 trouxe importante inovação, qual seja a
- (A) fixação de um critério objetivo para a conformação do princípio da duração razoável do processo, considerando como tal o lapso temporal máximo de 1 ano, contado da apresentação do processo à Justiça Eleitoral.
 - (B) previsão de prazos mais curtos de tramitação para cada fase processual, os quais são diminuídos pela metade em relação aos demais processos eleitorais.
 - (C) irrecorribilidade das decisões interlocutórias e o recebimento dos recursos apenas no efeito devolutivo.
 - (D) relativização do princípio da motivação das decisões judiciais, permitindo aos juízes eleitorais a adoção de fundamentação sucinta e a dispensa do relatório no julgamento dos feitos.
 - (E) adoção de procedimento sumaríssimo de instrução e julgamento, exigindo a concentração da produção das provas em um único ato e a lavratura da sentença pelo juiz no prazo máximo de 5 dias após a audiência.
-
46. O artigo 22 da Lei complementar nº 64/90 prevê que qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias, e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político. Tal norma veicula a chamada ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), a qual
- (A) constitui procedimento de investigação, de natureza inquisitorial, voltado à coleta de provas acerca das condutas narradas no dispositivo.
 - (B) tem como objeto a exclusão da disputa eleitoral, por meio da sanção da inelegibilidade, de candidatos e de pessoas que tenham contribuído ou se beneficiado das práticas narradas no dispositivo.
 - (C) apenas declarará a inelegibilidade dos envolvidos, caso a sentença seja proferida até a proclamação dos eleitos.
 - (D) admite no polo passivo somente candidatos concorrentes no pleito, não sendo instrumento apto a apurar a conduta de não candidatos.
 - (E) permite a investigação de fatos ocorridos antes do registro da candidatura, como, por exemplo, abuso de poder econômico para vencer a convenção.
-
47. No âmbito da disputa eleitoral, busca-se a captação do sufrágio de maneira lícita. Entretanto, quando a captação ocorre de forma ilícita, mediante artimanhas ou outros meios escusos, cria-se risco ao princípio da igualdade de oportunidades no pleito eleitoral e claro prejuízo à democracia. No intuito de evitar tais consequências, a lei eleitoral prevê como captação ilícita de sufrágio
- (A) a realização de comícios destinados à promoção de candidatura.
 - (B) o aluguel de bens particulares para veiculação, por qualquer meio, de propaganda eleitoral.
 - (C) a realização de despesas com transporte de pessoal a serviço das candidaturas.
 - (D) a gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços à candidatura.
 - (E) a realização de despesas com hospedagem e transporte de eleitores.

**Direito Civil**

48. No momento da conclusão de um contrato, Marta, uma das partes, reservou a faculdade de indicar a pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações dele decorrentes. Se outro prazo não tiver sido estipulado, essa indicação deve ser comunicada à outra parte no prazo de

- (A) cinco dias da conclusão do contrato.
- (B) dez dias da conclusão do contrato.
- (C) quinze dias da conclusão do contrato.
- (D) sessenta dias da data da assinatura do contrato.
- (E) dez dias da data da assinatura do contrato.

49. Nas obrigações de dar coisa

- (A) incerta, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- (B) incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- (C) certa, até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais não poderá exigir aumento no preço.
- (D) certa, os acessórios dela não mencionados não estão abrangidos pela obrigação, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (E) certa, deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, o credor deverá aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu, não podendo resolver a obrigação.

50. Margarida, com dezessete anos de idade, dirigindo a moto de seu pai, sem autorização, atropelou Jair, causando-lhe graves ferimentos. O pai de Margarida

- (A) é responsável pela reparação civil da metade dos danos causados a Jair.
- (B) é responsável pela reparação civil dos danos causados a Jair e poderá reaver de Margarida a totalidade do que houver pago.
- (C) não é responsável pela reparação civil dos danos causados a Jair, tendo em vista que Margarida não é absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil.
- (D) é responsável pela reparação civil dos danos causados a Jair e poderá reaver de Margarida apenas metade do que houver pago.
- (E) é responsável pela reparação civil dos danos causados a Jair, porém não poderá reaver de Margarida o que houver pago.

51. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes,

- (A) modifica a lei anterior, apenas.
- (B) revoga a lei anterior, apenas.
- (C) não revoga nem modifica a lei anterior.
- (D) derroga a lei anterior.
- (E) revoga ou modifica a lei anterior.

Direito Processual Civil

52. Com relação à modificação da competência, considere:

- I. Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- II. A competência, em razão do valor, não poderá modificar-se pela conexão.
- III. A competência, em razão do território, não poderá modificar-se pela conexão ou continência.
- IV. A competência, em razão da matéria e da hierarquia, é inderrogável por convenção das partes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e IV.

53. João é perito judicial e recebeu ofício para proceder à perícia no processo A. Porém, João pretende escusar-se do encargo. Neste caso, ele deverá

- (A) apresentar a escusa dentro de 15 dias, contados da intimação, independentemente de fundamentação.
- (B) cumprir o ofício, tratando-se de ordem judicial inescusável.
- (C) apresentar a escusa dentro de 15 dias, contados da intimação, alegando motivo legítimo.
- (D) apresentar a escusa dentro de 5 dias, contados da intimação, alegando motivo legítimo.
- (E) apresentar a escusa dentro de 10 dias, contados da intimação, alegando motivo legítimo.



54. Mário e Mariana se casaram ontem (domingo), e na manhã de hoje (segunda-feira) receberam oficial de justiça para citá-los em ação ordinária de cobrança. Neste caso, em regra, o oficial de justiça
- (A) deverá citá-los normalmente, não havendo impedimento legal.
- (B) não poderá citá-los, tendo em vista que o casal contraiu matrimônio ontem.
- (C) deverá citá-los, mas fornecerá prazo de quarenta e oito hora para assinatura do mandato.
- (D) só poderá citá-los se decorreram vinte e quatro horas da cerimônia matrimonial, tendo em vista a proteção legal existente no Código de Processo Civil.
- (E) só poderá citá-los se decorreram doze horas da cerimônia matrimonial, tendo em vista a proteção legal existente no Código de Processo Civil.

Direito Penal

55. Se o cálculo da pena de reclusão resultar em 2 anos, 6 meses, 2 dias e 10 horas, o juiz deverá
- (A) desprezar a fração de 10 horas.
- (B) incluir a fração de 10 horas.
- (C) arredondar para 3 dias.
- (D) desprezar a fração de 2 dias e 10 horas.
- (E) arredondar para 2 anos e 7 meses.
56. Paulo fez uma ligação clandestina no relógio de seu vizinho e subtraiu energia elétrica para a sua residência. Paulo
- (A) não responderá por crime contra o patrimônio, pois a energia elétrica é bem de uso comum.
- (B) responderá por crime de estelionato.
- (C) responderá por crime de furto.
- (D) responderá por crime de roubo.
- (E) responderá por crime de apropriação indébita.
57. Quem se opõe à execução de ato legal, mediante ameaça ao funcionário competente para executá-lo, comete crime de
- (A) resistência.
- (B) desobediência.
- (C) desacato.
- (D) exercício arbitrário das próprias razões.
- (E) coação no curso do processo.

Direito Processual Penal

58. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção, nos casos em que caiba a ação penal
- (A) popular.
- (B) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
- (C) pública condicionada à representação do ofendido.
- (D) de iniciativa privada.
- (E) pública incondicionada.
59. A prisão preventiva
- (A) não pode ser decretada na fase do inquérito policial.
- (B) pode ser decretada pelo Ministério Público.
- (C) não pode ser decretada por conveniência da instrução criminal.
- (D) pode ser decretada como garantia da ordem econômica.
- (E) revogada pelo juiz não pode, em nenhuma hipótese, ser de novo decretada.
60. Considere:
- I. Competência em razão da matéria.
- II. Competência por prerrogativa de função.
- III. Competência territorial.
- Considera-se absoluta APENAS a competência que está contida em
- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Escolha UMA (apenas uma) das propostas para o seu texto e identifique na Folha de Redação o número da proposta escolhida.

Proposta I

“Fazer mais com menos” deve ser a meta de todo bom administrador, sobretudo na administração pública. Nesse sentido, a licitação desempenha papel fundamental, e o modo como ela é levada a termo tem reflexo direto na “promoção do desenvolvimento nacional sustentável” a que o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, não por acaso, faz referência.

Discuta em um texto dissertativo-argumentativo, o papel da licitação pública para o desenvolvimento sustentável do país.

Proposta II

A proposta de implantação de um cadastro positivo, banco de dados de bons pagadores, despertou polêmica. De um lado, há os que acreditam que esse cadastro possa levar à discriminação contra consumidores; por outro, há aqueles que comemoram o fato de que as informações do cadastro permitem a inserção de mais pessoas no crédito, com menores encargos.

Redija um texto dissertativo-argumentativo posicionando-se em relação à aceitação – ou não – do cadastro positivo de consumidores.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	